



Operadora:

Bom dia, e obrigada por aguardarem. Sejam bem-vindos à teleconferência da CESP para discussão dos resultados referentes ao 1T08. Estão presentes a Presidência da CESP, a Diretoria e assessores.

Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia, e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas, quando maiores instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a teleconferência, queiram, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando *0.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet via *webcast*, podendo ser acessado no endereço www.cesp.com.br/ri/, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores. O replay deste evento estará disponível logo após seu encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora, gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

CESP:

Muito Obrigado. Bom dia a todos. Agradecemos a participação nesta nossa teleconferência sobre os resultados referentes ao 1T08. Estão presentes, hoje, aqui na nossa sala o Dr. Guilherme Cirne de Toledo, Presidente, o Dr. Vicente Okazaki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Dr. Silvio Areco, Diretor de Geração Oeste da CESP e demais assessores.

Iniciaremos nossa apresentação no slide número dois, onde podemos visualizar os principais destaques do período e que comentaremos com mais detalhes na seqüência.

Nosso EBITDA no trimestre foi de R\$268 milhões, comparativamente a R\$287 milhões do 1T07. Nossas vendas de energia cresceram 21% em comparação com o 1T07, chegando a R\$710 milhões no período. A receita líquida operacional evoluiu para R\$589 milhões no 1T08, um crescimento de 20% em relação ao mesmo período de 2007.



O resultado do serviço totalizou R\$147 milhões no 1T08, comparativamente a R\$167 milhões no período anterior. O lucro líquido do 1T08 foi de R\$56 milhões, com crescimento de 100% comparado aos R\$28 milhões registrados no 1T07.

Nossa dívida líquida foi reduzida em 0,2%, atingindo em R\$5,8 bilhões. E por fim, foi suspenso o processo de desestatização da CESP.

No próximo slide, número três, apresentamos os destaques operacionais e financeiros da Companhia. A receita operacional bruta do 1T atingiu R\$711 milhões, aumento de 21% em relação ao mesmo período de 2007, que foi de R\$586 milhões. Esse aumento decorreu principalmente de melhores preços e aumento do volume de energia vendida a grandes consumidores no ambiente de contratação spot.

A receita operacional líquida foi de R\$589 milhões, uma evolução, como já dito, de 20% em relação ao 1T07. O resultado do serviço totalizou R\$147 milhões no 1T08, uma redução de 12% relativa ao 1T07, principalmente devida a fatores de despesas com energia de curto prazo, como detalharemos adiante quando formos falar do EBITDA.

O EBITDA alcançou R\$268 milhões e a nossa margem foi de 45,5%, ambos os números inferiores aos registrados no 1T07. Já o lucro líquido foi de R\$56 milhões, como dito também, um aumento de 100% relativamente a igual período do ano anterior, principalmente decorrente do aumento da receita operacional.

Passando agora ao slide de número quatro, podemos observar a evolução da receita operacional bruta foi de 21% em relação a igual período do ano anterior, totalizando R\$711 milhões nesse trimestre. Houve um aumento de 27% nas deduções da receita, devido principalmente ao aumento nos valores de tributos sobre receitas operacionais. Como resultado desses fatores, a receita operacional líquida alcançou R\$589 milhões no 1T08, 20% superior ao trimestre anterior de 2007.

Quanto à origem das receitas, é possível observar que 47% das vendas do 1T08 referem-se ao fornecimento de energia a consumidores livres e contratos de suprimento a agentes comercializadores, 41% no 1T07. Os leilões de energia em ambiente regulado representaram 51%, um decréscimo de 3 p.p. em relação ao 1T07; e os restantes 2%, provenientes da energia de curto prazo comercializada no mercado spot; esse valor foi 3 p.p. inferior ao do 1T07, que atingiu 5%.

Podemos ver, agora, no slide número cinco a evolução das vendas no ambiente livre, que congrega os consumidores livres e agentes comercializadores, que alcançou o valor de R\$330 milhões, ocupando 47% da receita operacional do trimestre, 37% superior aos R\$240 milhões registrados no 1T07.

Como podemos observar no gráfico do slide seis, a CESP vendeu, em contratos, 8.312.911 MW/h comparativamente aos 7.838.887 MW/h do 1T07, um crescimento, portanto, de 6%. No entanto, houve um aumento de 17% no preço médio faturado, devido a melhores preços médios no ambiente de contratação livre, que evoluíram de R\$70,99 para R\$83,34 por MW/h.



Passando agora ao slide sete, podemos observar que, comparativamente ao 1T07, as despesas operacionais como percentual da receita líquida subiram 8,5 p.p., totalizando R\$423 milhões, principalmente devido às despesas com energia de curto prazo.

Passando agora ao slide número oito, gostaríamos de discutir um pouco com os senhores a evolução do EBITDA da CESP, que alcançou R\$267 milhões no 1T08, uma queda de 7% quando comparado ao 1T07. A margem EBITDA foi de 47,5%.

Neste ponto, gostaria de chamar a atenção dos senhores que, conforme sabido, o Comitê de Monitoramento do setor elétrico, antecipando no final do ano passado, começo deste ano, uma provável falta de chuva, fez uma reorganização, um despacho térmico a mais do que o inicialmente previsto e que foi gerado através de óleo, que é uma matéria-prima bem cara. Com isso, nós tivemos um aumento no preço do MW/h no spot que chegou – acreditem, senhores – a bater R\$504 na média de janeiro. Para os senhores terem uma idéia, esse preço hoje, nesta semana de maio, caiu para R\$18. Esse fator foi primordial para impactar abruptamente nossas despesas operacionais e, com isso, impactando a redução do EBITDA em 7%, como observado neste slide.

Nosso EBIT diminuiu 12%, chegando a R\$147 milhões, principalmente a essa explicação do custo da energia spot no 1T, como já discutido.

Passando agora ao slide número nove, os indicadores nos mostram um aumento de 17% no preço médio do MW/h entre os primeiros trimestres de 2008 e de 2007.

No slide dez, podemos observar a abertura do resultado financeiro, onde houve uma redução nas despesas com juros dos encargos das dívidas de 46%. A variação do câmbio gerou um efeito positivo de aproximadamente R\$38 milhões, devido à valorização do Real frente ao USD e ao Euro. O resultado financeiro líquido do 1T08 foi R\$-161 milhões, um aumento de 22%, em relação aos R\$-115 milhões negativos registrados no 1T07.

No slide 11, os senhores podem ver que a CESP vem mantendo seus esforços na adequação de sua estrutura de capital, reduzindo seu endividamento. Atualmente, 66% das obrigações financeiras da Companhia são denominadas em Reais e 34% em moeda forte. Houve uma pequena redução, de aproximadamente 0,2% na dívida líquida, que totalizou R\$5,8 bilhões ao final do 1T.

No slide 12 concluímos nossa apresentação e agradecemos novamente a participação de todos os senhores, e nos colocamos à disposição para perguntas e respostas. Muito obrigado.

Eduardo Haiama, UBS Pactual:

Bom dia a todos. Eu teria basicamente duas perguntas. A primeira é em relação ao processo de privatização, que vocês comentaram que foi suspenso, se vocês têm alguma expectativa do processo ser retomado ainda este ano ou não, mais como feeling de como é que vocês estão vendo esse processo.

A segunda pergunta é em relação à questão do preço spot e da sazonalidade da energia assegurada, se vocês poderiam dar um pouquinho mais de informação de



como estaria alocada essa energia ao longo deste ano, para eu ter uma idéia de como é que nós poderíamos projetar essa linha de compra de energia. Eram essas as minhas perguntas. Muito obrigado.

Vicente Okazaki:

Eduardo, primeiro falando de privatização: nós não temos nenhuma novidade, o processo está suspenso e, por enquanto, não há novidade nenhuma a colocar ao mercado.

No que diz respeito à segunda pergunta, o Sílvio vai responder.

Sílvio Roberto Areco Gomes:

Com relação ao evento marcante que aconteceu em janeiro, a CESP, como ela está 100% contratada, a sazonalização que ela profere e anuncia no mercado é aderente à sazonalização dada pelo consumo, ou seja, aderente ao perfil de consumo decorrente dos contratos.

Normalmente, quem ainda tem energia disponível, ou seja, não sob contrato, tenta aproveitar a melhor situação de preço, e isso ocorreu em janeiro, porque a sazonalização que é registrada para o ano de 2008 na CCEE ocorre até 15 de janeiro e, em 15 de janeiro, já havia um conhecimento bastante claro do preço de janeiro. Então quem tinha sobra alocou pesado a energia disponível e isso provocou um problema de redução via GSS e que gerou alguma exposição, que já no mês seguinte se apresentou com perfil diferente e, ainda dentro do primeiro trimestre, março também demonstrou a modificação desse perfil e este procedimento ocorreu fundamentalmente em janeiro.

Eduardo Haiama:

Está ótimo. Muito obrigado.

Marcos Sequeira, Deutsche Bank:

Bom dia a todos. São basicamente três perguntas. Uma é em relação aos contratos de energia que estão vencendo no futuro, se a CESP já está renegociando algum desses contratos.

A segunda: depois do *upgrade* do Brasil com o Investment Grade, qual é o impacto que vocês imaginam que isso teria para a CESP, e se vocês já estão renegociando algumas das dívidas maiores, e se vocês esperam um impacto positivo em relação ao Investment Grade.

E a última pergunta é em relação a dividendos: eu vi que vocês provisionaram um valor para juros sobre capital. Qual seria a política de dividendos da CESP agora? E se você pudesse falar um pouco sobre a diferença entre dividendos da PNA e PNB, por favor. Muito obrigado.



CESP:

Com relação a contratos vencendo, nós temos contratos vencendo a partir de 2012. E para nós, o leilão de Jirau e, principalmente, o leilão de Tractebel-Suez vai fazer, para as vendas já dessa energia para consumidores livres será, um grande indicador. Nós, por enquanto, não temos intenção de iniciar vendas para 2012 em diante porque achamos que as sinalizações de mercado ainda não são suficientes para se tomar uma decisão com relação a preço.

Há ainda um “complicômetro” que merece ser destacado, que é o custo da transmissão. Nós precisamos avaliar um pouco mais, o mercado como um todo, qual será o custo adicional de transmissão que as geradoras absorvem no seu custo; então, se nós não tivermos condições de ter uma avaliação disso e uma projeção boa, fica difícil definir o preço de venda, uma vez que ele será reduzido pelo aumento marginal do custo da transmissão, e a transmissão das usinas do Madeira, e no ano que vem, Belo Monte, deve ter um impacto significativo.

Então, por enquanto, com relação à venda de energia de contratos liberados a partir de 2012, nós não estamos fazendo nada.

Vicente Okazaki:

Com relação à segunda pergunta a do Investment Grade, eu acho que realmente a CESP foi uma das empresas beneficiadas com o Investment Grade do Brasil. E eu creio que no nosso caso, e graças a Deus nós temos praticamente nossas dívidas sob controle, mas ainda tem espaço, eventualmente, no caso, nós temos ainda em vigor o bônus seis, o sete, e o bônus oito, que é em Reais.

Então eu creio que tem espaço para a CESP negociar daqui para frente, fazer uma operação de *Tender - off* e com as melhores condições do mercado. E com relação à parte dos dividendos, volto a passar a palavra para o Dr. Guilherme.

Guilherme de Toledo:

Bom, com relação a dividendos, nós temos que lembrar o seguinte, que as PNAs têm um dividendo mínimo de 10% sobre o capital. Então, no que diz respeito ao pagamento do juros sobre capital próprio ou dividendos, as PNAs sempre terão um valor maior dos que as PNBs e as ONs.

Marcos Sequeira:

Mas vocês têm uma indicação de quanto dividendo vocês poderiam pagar este ano?

Guilherme de Toledo:

Primeiro, vamos dizer o seguinte: que com a decisão de absorver o prejuízo acumulado com as reservas de capital, nós já sinalizamos que a intenção da Empresa daqui para frente é retomar o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Indiscutivelmente, fica difícil fazer uma projeção para o ano, uma vez que o ano ainda tem certa incerteza no que diz respeito a custos de energia na CCEE de curto prazo,



mas nós pensamos que daqui para frente, sempre que possível, utilizarmos o mecanismo de juros sobre capital próprio.

Marcos Sequeira:

Está ótimo. Muito obrigado.

Marcelo Ganen, Meta Asset:

Bom dia a todos. Minha pergunta é com relação ao CAPEX. No ano de 2007, acho que no 2T, vocês haviam dado um *guidance* de CAPEX para o ano de R\$100 milhões e o CAPEX acabou atingindo R\$186 milhões. Eu queria que vocês dessem alguma abertura desse CAPEX de R\$186 milhões, e que vocês dessem uma indicação de o que seria um CAPEX de manutenção de longo prazo para a CESP e quais as premissas que vocês usariam para chegar a essa estimativa.

CESP:

No ano de 2007, o que aumentou o CAPEX foi, na verdade, uma provisão no passivo de contingência relativa ao encerramento de ações, ou já previsão de encerramento de ações de desapropriação na área da bacia de Porto Primavera. Então, são as apropriações realizadas nos últimos dez anos, que estão em discussão na Justiça, e que, na avaliação do jurídico, vão se aproximar do fim e nós fizemos no ano passado uma atualização muito grande de provisões, e essas provisões foram contra o imobilizado na medida em que dizem respeito, em sua maioria, a ações na Justiça relativas à desapropriação de áreas para inundação do reservatório de Porto Primavera.

Então, não foi um desembolso realizado no ano passado relativo à compra de equipamentos, construção civil etc., mas foi um ajuste contado contra provisões. Para o futuro, a nossa expectativa é, este ano, finalmente encerrando principalmente os termos de ajustamento de conduta lá na região da bacia de Porto Primavera com os municípios do Mato Grosso do Sul e do lado de São Paulo, nós teremos, então, investimentos principalmente em Ilha Solteira e Jupia para reforma e modernização das turbinas dessas duas usinas.

Nossa expectativa para investimentos; é óbvio que é possível que este ano pode acontecer algum ajuste contra provisões, mas o valor maior é para investimentos em manutenção e modernização de Ilha Solteira e Jupia, e isso vai se prolongar até cerca de 2010, 2011. E nós estamos estimando um número em torno de R\$80 milhões ou R\$90 milhões.

Marcelo Ganen:

E qual foi esse valor que foi lançado no imobilizado e que acabou entrando no CAPEX de 2007, referente a essas provisões?

CESP:

Foi um número em torno de R\$50 milhões.



Marcelo Ganen:

E qual seria esse resíduo para este ano, referente a Porto Primavera?

CESP:

Não se sabe ainda. Nós temos que lembrar que esses valores em ações na Justiça, se não estiverem integralmente cobertos com depósitos judiciais vão ter, quando do encerramento, uma atualização por juros e correção monetária no processo. Então, você pode ter, quando do encerramento, já provisionado, mas as provisões continuam em valores nominais e pode ser então que você tenha um adicional. Todas as ações que estão cobertas com depósitos judiciais já não têm mais atualização monetária e juros.

Marcelo Ganen:

E qual seria o valor total dessas provisões para desapropriação hoje?

CESP:

Só de usinas, em torno de R\$400 milhões. Está registrado no passivo de longo prazo.

Marcelo Ganen:

OK. Obrigado.

Eduardo Cancian, Itaú Corretora:

Bom dia a todos. Eu tenho, basicamente, duas perguntas. Uma delas é com relação à sazonalização do trimestre: vocês explicaram agora, mas não ficou claro para mim; então, se for possível, eu gostaria que vocês explicassem novamente. E a segunda questão é com relação à renovação das concessões, eu gostaria de saber qual é a situação desse assunto e o que nós podemos esperar para a solução disso, quando e por quem.

CESP:

Bom, com relação à renovação de concessões, nós, agora, depois da tentativa de privatização, temos que iniciar uma negociação em conjunto com as outras concessionárias de geração de energia, transmissão e distribuição para pressionar o Governo para uma definição, que terá que vir, obrigatoriamente, por lei. Então, a nossa idéia é via ABRAGE e APINE, e juntamente com a ABRADÉE, trabalharmos para definir isso e não esperar que chegue 1º de janeiro de 2015 para se ter uma decisão e uma definição.

Só lembrando, o universo de concessões de geração que vence em 2015 soma cerca de 20.000 MW em média de capacidade total, distribuídos principalmente entre – e aí, vou mencionar as cinco, independente de qual tenha o maior valor – CESP, CEMIG, COPEL, Chesf e Furnas, onde estão as usinas que vencem até 2015.

Praticamente todas as linhas de transmissão, as concessões de transmissão que não foram renovadas via privatização, e eu quero crer que nenhuma foi, por exemplo,



CETEP não foi, as linhas de transmissão de CEMIG, Furnas e Chesf também estão vencendo em 2015; e as distribuidoras de energia que não foram privatizadas também vencem em 2015. Nós estimamos um valor de custo de mercado, ou se podemos dizer, custo de reposição, um valor de R\$120 bilhões, que custariam essas concessões.

Como o Governo Federal sinalizou já que não quer dinheiro novo para ativo velho, nós não acreditamos que o Governo vá querer incitar novamente todos estes ativos em 2015, porque representaria uns R\$120 bilhões em dinheiro novo comprando ativos velhos, o que faria com que nos anos seguintes, ou a partir de agora, não houvesse mais ou diminuísse o investimento em ativos novos.

E uma série de problemas que começam a ser levados, ou já foram levados à ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia, como, por exemplo, falta de motivação por parte dos concessionários – e aí eu falo todos, geração de energia, transmissão e distribuição – em investir, porque a regra garante o reembolso do valor residual do ativo, mas ninguém quer investir para em 2015 ter um retorno nominal do investimento realizado, e sim para ter retorno ao longo dos anos.

Então, esta situação a partir do fracasso – não vou me preocupar agora com problemas de semântica – da privatização da CESP acirrou os ânimos do setor com vícios a pressionar para uma definição.

Então, em resumo, nós não temos ainda uma definição, seria muito cedo para se esperar, as associações de classe estão trabalhando e começaram já a conversar com a ANEEL e o Ministério de Minas Energia com vistas à renovação dessas concessões ainda nesse Governo e de preferência até o fim de 2009.

CESP 2:

O critério da sazonalização, como é que é procedido. Normalmente, todo início de ano, isso até o dia 15 de janeiro, existe a informação tanto do consumo, da produção e como a alocação dos recursos seja para suprimento, seja para consumo vão ocorrer durante o ano. Este é o procedimento normal. Como a CESP, por exemplo, está 100% contratada, o que ela informa é aderente à informação do consumo que está associado aos contratos com a CESP. Então há uma acomodação praticamente exata entre oferta e demanda.

O que ocorre é que quem ainda possui produção de energia disponível não contratada procura alocar durante o ano no patamar de preço mais alto. Normalmente, esta alocação ocorre em maior volume no final do ano, essa sobra, quando se tem historicamente uma expectativa de preços maior em termos de spot.

O que aconteceu no ano de 2008 é que se iniciou o ano com um preço spot extremamente elevado e ele já era conhecido no limite da informação que deveria ser enviada à Câmara de Comercialização de Energia. Então, aqueles que possuíam sobra carregaram pesadamente a produção no mês de janeiro e, com isso, quando se comparou a realização do mercado, se verificou que a demanda sistêmica de geração era maior do que aquilo que havia sido registrado no conjunto de sistemas; e aí existe uma redução proporcional às energias asseguradas da capacidade de lastro das geradoras e, por exemplo, no caso da CESP, ocorreu que como nós estávamos justos com relação aos nossos compromissos, em função desse processo de tentar



aproveitar o melhor preço com as suas sobras, gerou uma redução da capacidade de lastro naquele mês para a CESP que a deixou com um determinado nível de exposição que teve de ser liquidado no mercado spot a um preço médio de R\$504 por MW/h.

Eduardo Cancian:

OK. Então, o que houve foi uma redução da alocada da CESP?

CESP 2:

Isso.

Eduardo Cancian:

Entendi. OK.

Sérgio Tamashiro, Itaú:

Bom dia. Ainda com relação aos preços de contrato, para mim não ficou claro, vocês tinham mencionado apenas que estaria ainda prematuro, ainda não tem uma indicação que possa ser efeito de Jirau etc. Mas qual seria esse possível preço que vocês estariam negociando a partir de 2012?

CESP:

Completa a ressalva que você fez, ainda desconhecendo dados que estarão disponíveis ao longo deste ano, hoje nós achamos que um bom preço para negociar para entregas a partir de 2012 seria R\$150 com base neste ano, corrigido pelo IPCA.

Sérgio Tamashiro:

Esses tipos de contratos seriam de curto prazo? O que seriam?

CESP:

Para nós, o ideal seria ter uma quantidade grande de contratos, seja com consumidores livres, seja no mercado regulado, contratos de prazo máximo de dez anos com médio de oito anos, e contratos distribuídos ao longo do tempo de tal forma que o vencimento de um contrato não pressionasse e não fizesse com que a Empresa tivesse grandes sobras para negociar.

Então, a um preço de R\$150, em primeiro lugar isso daria uma rentabilidade muito boa para a Empresa, nós estimamos esses preços como muito bons, e acho que com base nisso, não contratos de trinta anos, também não contratos de vinte anos, mas contratos até no prazo máximo de dez anos com médio de oito anos.

**Sérgio Tamashiro:**

Agora, nesses preços, quer dizer, ele está tendo demanda, ou é apenas uma oferta de vocês e não está tendo realmente nenhum interesse de compra? E mesmo se tivesse interesse de compra, vocês poderiam estar assinando esses contratos de dez anos mesmo passando pelo prazo da renovação das construções de 2015?

CESP:

São duas perguntas que vou tentar responder. Primeiro, temos demanda, existe demanda. É óbvio que, por exemplo, em Santo Antônio, 30% da energia ficou para o mercado livre, Jirau 50%; vamos supor que Belo Monte venha com 100%, acredito que não vá ser isso. É óbvio que eu começo a aumentar a oferta de energia para o mercado livre e todas em torno de 2012, 2013; então, depende um pouco dessa oferta, daquilo que ainda está se consolidando, e especificamente já está definido pra Jirau 50%.

Mas hoje existe demanda. O que poderia se perguntar era: será que a CESP conseguiria vender, por exemplo, toda a energia que hoje está alocada no mercado regulado com consumidores livres? Não sei se teria demanda para tudo isso.

Por outro lado, qual vai ser a política também a partir de 2012 das Federais, que são as grandes geradoras, Chesf e Furnas? Elas vão, também, para o mercado livre ou vão ficar no mercado regulado? Essa é uma incógnita que ninguém sabe, e se todo mundo correr para o mercado livre, pode ser que aumente a oferta e aí já não tem a demanda para tanta energia para os consumidores livres; mas hoje nós temos demanda.

Com relação a “vocês poderiam vender?”, eu vou dar um exemplo que é o seguinte: Porto Primavera nós vendemos a energia “botox” para 2040 – eu já não estarei mais na Empresa, mas aqui pode ser que alguém ainda esteja –, quando a concessão já vencia em 2008, e agora foi para 2028. E nós vendemos em leilão oficial organizado pelo Governo, registrado, leilão com o conhecimento de que a renovação de Porto Primavera, se acontecesse – o que naquele momento não era certo – seria até 2028.

Então, você pode, sim, vender a energia, apesar de a concessão estar vencendo. O que aconteceria, então, por conclusão da experiência de Porto Primavera, é que o novo concessionário carregaria esse contrato. Então, sim, pode-se fazer, porque nós fizemos. Uma coisa é dizer que eu acho que pode, outra é “nós fizemos”, com relação a Porto Primavera.

Sérgio Tamashiro:

Entendi. Obrigado.

Marcelo Britto, Bradesco Corretora:

Bom dia a todos. A minha pergunta é, de novo, em respeito à alocação de energia feita nesse 1T. Só para deixar bem claro: o que aconteceu foi uma decisão estratégica de redução de energia assegurada no trimestre ou uma aplicação do MRA? E se não houve aplicação do MRA, a CESP entende que pode acontecer uma aplicação retroativa e ainda prejudicá-la ainda mais?

**CESP:**

Tem duas terminologias: tem a MRA e a MRE; acho que nós estamos tratando de MRE. MRE é um processo de otimização sistêmica que é gerenciado pelo operador nacional em que entra toda a produção da Empresa, inclusive a produção de energia secundária. Lembrando: a CESP normalmente, historicamente, produz muito acima da sua energia assegurada.

Então, essa liquidação ocorre dentro da CCEE, com base na tarifa especial de otimização, a TEO; então, nós temos um volume considerável de energia. A CESP, pela posição de suas usinas, como por exemplo: transferência para o Sul, nós somos prioritariamente chamados para produzir essas transferências para o Sul para evitar o trânsito de grandes volumes de energia por todo o sistema de transmissão da região Sudeste e Centro-Oeste. Então, isso significa uma receita.

No caso da despesa, o que aconteceu foi sempre relativo à energia assegurada, ou seja, não tem relação com MRE. O MRA, agora só para esclarecer, está associado ao nível de disponibilidade e pode gerar penalidades aos geradores que não conseguirem atingir as suas referências de disponibilidade. Não é o caso da CESP, sendo que a CESP é *benchmark* para isto, ela trabalha muito acima da média setorial em termos de disponibilidade. Então, não existe nenhuma penalização, se foi esta a intenção de tentar enxergar o MRA.

Marcelo Britto:

Certo. Obrigado pela resposta.

CESP 2:

Gostaria de acrescentar e dizer o seguinte: a sazonalização de janeiro foi uma sazonalização em que algumas geradoras com disponibilidade de energia ou energia não contratada, vendo os preços a R\$550, alocaram e maximizaram em janeiro essa sazonalização. Só como exemplo, a CESP, destes R\$120 milhões, cerca de R\$84 milhões foram em janeiro, R\$16 milhões em fevereiro, e já em março nós tivemos resultado positivo de R\$1,7 milhão.

Então, se nós tivéssemos energia descontratada, nós também teríamos alocado como essas que foram, vamos chamar as “linhas vencedoras”, em janeiro na CCEE. Mas como nós não temos energia descontratada, nós tivemos que fazer uma sazonalização que seguia a sazonalização dos nossos consumidores, dos nossos clientes.

No ano passado, seguindo essa mesma metodologia, de sazonalizar de acordo com nossos clientes, o resultado final, na CCEE, foi de cerca de R\$60 milhões. Este ano, com o preço disparando em fevereiro e a coincidência de que a data do último dia para sazonalizar é 15 de janeiro, quem tinha alocou tudo praticamente da sua sazonalização no mês de janeiro. E, com isso, houve um evento – agora me preocupando com problemas semânticos – que eu reconheço, que eu defino como não-recorrente, porque foi a coincidência da sazonalização com o preço extremamente elevado e já conhecido.



A partir daí, cada um fez uma sazonalização para o ano inteiro, e aí não há mais como maximizar um evento; por exemplo, se em outubro deste ano, de novo, subir para R\$500 aí não houve mais uma sazonalização para outubro. Então, houve uma coincidência de, pelo fato de 15 de janeiro e já serem conhecidos, naquele momento, os R\$550, e foram basicamente duas empresas que alocaram um volume gigantesco de energia, o que então levou ao deslocamento e à necessidade de redução do lastro.

CESP:

Adicionalmente, só para acrescentar, a título de informação, é importante ressaltar que as empresas geradoras que possuem, na sua base de produção, geração térmica foram beneficiadas também por uma receita por esta produção térmica. Então, no instante em que se olhar os números da CCEE, o balanço final entra como receita esta parte da térmica, o que pode, se for fazer uma comparação com CESP, dar alguma noção de diferença.

Marcelo Britto:

OK. Obrigado.

Ana Caroline Chaves, Brasil Energia:

Bom dia. Eu queria saber o que os senhores acham em relação ao envolvimento da CESP nas alegações feitas pela Polícia Federal sobre a Alston. Eu queria saber o que vocês acham que isto pode influenciar nas ações da CESP ou se a CESP acredita que não tem envolvimento.

CESP:

Não. Nós acreditamos que não temos envolvimento, e ainda não fomos procurados seja pela Polícia, seja pelo Ministério Público.

Operadora:

Encerramos, neste momento, a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP, para as considerações finais.

CESP:

A gente gostaria de agradecer a participação de todos. Nós estamos realmente com o tempo bastante escasso, nosso *call* em inglês começa dentro de dois minutos, e aguardo os senhores no próximo *call* referente aos resultados do 2T08. Um bom dia.

Operadora:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos, e tenham um bom dia.

"Este documento é uma transcrição produzida pela MZ Data Products. Ao passo que é feito o possível para garantir a qualidade da transcrição, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Este documento não reflete nenhuma opinião de investimento. O conteúdo é de responsabilidade da empresa que realizou o evento que está transcrito neste documento. Por favor, consulte o website da respectiva companhia para mais informações sobre limites de responsabilidade."